

Orçamento de Collor para

Jamil Bittar — 15/12/89

e Economia

JORNAL DO BRASIL

91 é criticado no Congresso

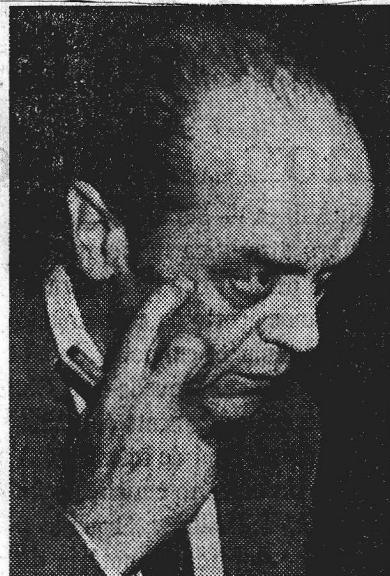
José Ramos

BRASÍLIA — O primeiro orçamento da União elaborado pelo governo Collor manteve a marca da polêmica que caracterizou praticamente todas as suas medidas econômicas. Após passarem dois meses debruçados sobre as mil páginas dos cinco volumes da proposta do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para 1991, os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento do Congresso perceberam que quase não poderiam interferir na destinação das despesas e receitas do governo federal previstas para o próximo ano. Na avaliação do relator-adjunto do projeto, o deputado Genivaldo Correia (PMDB-BA), a proposta do Executivo é muito magra, apesar da pomposa quantia de Cr\$ 8,6 trilhões, a preços de maio, ou cerca de US\$ 157 bilhões, estampada em suas primeiras páginas. "Na verdade tem muito pouco recurso para investimentos, e isto fica mais grave na medida em que observamos que o governo não está realizando boa parte dos gastos autorizados pelo Congresso no orçamento deste ano", critica o parlamentar.

A medida em que aprofundaram as análises, os parlamentares perceberam que os problemas não se concentravam apenas na quantidade de recursos para investir, mas, principalmente, na forma como estão distribuídos. Há 15 dias, o deputado Antônio Brito (PMDB-RS) dedica-se em tempo integral à tarefa de mostrar aos seus companheiros que o governo reduziu os recursos para a Saúde e está utilizando dinheiro da Seguridade Social para cobrir despesas que deveriam ser suas. "O Tesouro Nacional está querendo conseguir acabar com seu déficit às custas dos recursos da Previdência e da Saúde", criticou Brito, denunciando o uso de recursos do Finsocial para pagamentos de obras em municípios, e até pagamentos de proveitos de inativos da União e de salários de funcionários de ministérios.

Ele lembra que neste ano os recursos da Previdência foram utilizados para pagar apenas 6% dos gastos com inativos da União. O resto foi pago pelo Tesouro. Para 1991, no entanto, o governo quer que este índice aumente para 74,5%, o que significa, segundo Brito, "uma sangria de Cr\$ 220 bilhões da Seguridade, que estão sendo desviados para cobrir gastos que são da própria União".

Brito reclama também que o governo incluiu na Seguridade despesas que são de outras áreas, como saneamento básico (Cr\$ 17 bilhões), gastos da LBA, inclusive com pessoal (Cr\$ 59 bilhões), Educação (Cr\$ 32 bilhões) e até gastos administrativos da Funai (Cr\$ 138 milhões), entre outros, que deveriam ser



Serra: despesa subestimada

Renan Cepeda — 1/7/90



Maia: explicações de Zélia

pagos com recursos do Tesouro Nacional.

Educação — O coro dos queixosos foi rapidamente engrossado pela ala do Congresso ligada à educação. Segundo o deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), o orçamento não está cumprindo o artigo 212 da Constituição, que obriga o governo federal a destinar aos programas de combate ao analfabetismo pelo menos 50% dos recursos destinados ao ensino. Pelos cálculos do deputado, o governo teria que aplicar Cr\$ 117,5 bilhões para combater o analfabetismo, mas destinou apenas Cr\$ 17,1 bilhões. "Estou apresentando uma emenda para que seja incluído no orçamento o programa Eliminação do Analfabetismo e Universalização do Ensino Fundamental,

com uma verba complementar de Cr\$ 100 bilhões, pois temos que cumprir a Constituição que nós mesmos elaboramos", justificou o deputado.

As bancadas ligadas aos governadores eleitos abriram nova frente contra o projeto, que, ao contrário dos últimos 10 anos, não prevê a rolagem da dívida externa dos estados e municípios que tenha sido contraída com aval da União. Se no atual exercício o governo federal se dispôs a pagar 53% dos juros que venceram ao longo do ano, em 1991 está exigindo que os devedores paguem os encargos integralmente, o que significará uma revoada próxima a US\$ 1 bilhão dos cofres dos governadores eleitos. O deputado Genivaldo Correia diz que nos anos anteriores a rolagem do governo federal era feita com recursos obtidos na emissão de títulos da dívida pública, mas esta porta foi fechada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pelo próprio Congresso em julho. "Mas acho que teremos que achar um caminho semelhante para resolver o impasse", comentou o relator-adjunto.

Inconsistência — Não bastaram as reclamações contra o conteúdo do orçamento, estão se avolumando também as críticas sobre a forma como foi elaborado. O deputado José Serra (PSDB-SP) está ansioso para obter uma explicação sobre os juros da dívida mobiliária da União, que têm no orçamento uma previsão de apenas Cr\$ 62 bilhões. "Só os recursos que estão retidos no Banco Central, no total aproximado de Cr\$ 2,3 trilhões, e que renderão 9% de juros ao ano, exigirão uma dotação de quase Cr\$ 200 bilhões", observou Serra.

Outro economista do Congresso, o deputado César Maia (PDT-RJ), desconfia também que o orçamento esconde despesas subestimadas. Suas contas apontaram que o projeto contém embutido um déficit operacional (receitas não financeiras menos despesas não financeiras) de 1,30% do Produto Interno Bruto, ou um buraco de Cr\$ 408 bilhões. Mas o governo anuncia que o orçamento trará um superávit primário de 1,28% do PIB, ou uma sobra de Cr\$ 395 bilhões.

O governo anuncia também que terá um superávit operacional (saldo no balanço das despesas e receitas globais do governo, inclusive as financeiras), de 1% do PIB, ou Cr\$ 309 bilhões a preços de maio. Mas até este dado começa a ficar sob suspeição, já que não se sabe sequer se os dados do orçamento têm consistência. Maia observa, por exemplo, que o orçamento prevê crescimento do PIB em 3% para 1991, mas no relatório encaminhado aos credores no mês passado a equipe econômica já falava em crescimento zero. "A ministra Zélia terá que vir ao Congresso explicar estas contradições", observou o deputado.